

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****SUPRAM NORTE DE MINAS - Diretoria Regional de Regularização Ambiental**

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA nº. 6/2022

Montes Claros, 02 de fevereiro de 2022.

<b>PARECER TÉCNICO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA / RELATÓRIO AMBIENTAL SIMPLIFICADO (LAS/RAS)</b>			
<b>PA COPAM Nº:</b>	5324/2021	<b>Situação:</b> Sugestão pelo <b>INDEFERIMENTO</b>	
<b>Empreendedor:</b>	Petroterra Distribuidora de Petróleo Ltda.	<b>CNPJ:</b>	01.557.353/0015-55
<b>Empreendimento:</b>	Petroterra Distribuidora de Petróleo Ltda.	<b>CNPJ:</b>	01.557.353/0015-55
<b>Município:</b>	Janaúba	<b>Zona:</b>	Urbana
<b>Critério Locacional Incidente:</b> Não há critério locacional incidente.			
<b>Coordenadas:</b> (Geográficas): <b>LAT:</b> 15°47'21,37"S / <b>LONG:</b> 43°20'16,12"W (SIRGAS 2000)			
<b>Código</b>	<b>Atividade Objeto do Licenciamento (DN COPAM 217/2017)</b>	<b>Classe</b>	<b>Critério Locacional</b>
F-06-04-6	Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos. Capacidade de armazenagem: 1.950 m³. Porte: Médio. Pot. Poluidor/Degradador: Médio.	3	Sem incidência
<b>Responsável Técnico:</b>	Carlos Otávio Andrade Mota – Engenheiro Ambiental	<b>Registro:</b>	CREA/MG nº 47895/D
<b>Autoria do Parecer</b>			<b>Matrícula</b>
Maria Júlia Coutinho Brasileiro - Gestora Ambiental			1.302.105-0
<b>De acordo:</b> Gislando Vinicius Rocha de Souza - Diretor Regional de Regularização Ambiental			1.182.856-3

## PARECER TÉCNICO

### 1. DA ANÁLISE DO PROCESSO

#### 1.1 Formalização do processo

O empreendedor/empreendimento **Petroserra Distribuidora de Petróleo Ltda.**, solicita Licença Ambiental Simplificada (LAS), instruída com Relatório Ambiental Simplificado (RAS) para empreendimento localizado no município de Janaúba-MG.

Em 22/10/2021 formalizou na SUPRAM Norte de Minas processo de LAS/RAS, para a atividade de F-06-04-6 - Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos, nos termos da Deliberação Normativa nº 217/2017, sendo enquadrado na Classe 3, com Potencial Poluidor/Degradador Médio e Porte Médio.

Não há incidência de critério locacional e fatores de restrição/vedação constantes na DN Copam nº 217/2017.

### 2. ANÁLISE TÉCNICA

Inicialmente cabe esclarecer que a LAS é analisada em fase única, englobando todas as fases do licenciamento, conforme dispõe o Art. 8º, inciso III, da DN Copam nº 217/2017, no qual se lê:

Art. 8º – Constituem modalidades de licenciamento ambiental:

(...)

III – **Licenciamento Ambiental Simplificado**: licenciamento **realizado em uma única etapa**, mediante o cadastro de informações relativas à atividade ou ao empreendimento junto ao órgão ambiental competente, ou pela **apresentação do Relatório Ambiental Simplificado – RAS, contendo a descrição da atividade ou do empreendimento e as respectivas medidas de controle ambiental.** (Grifo nosso).

(...)

Nesse contexto, considerada a legislação vigente, faz-se as seguintes considerações:

**Considerando que**, informa-se no RAS que o empreendimento se trata de projeto para instalação e operação de base de armazenamento e distribuição de e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos, nos termos da DN Copam nº 3217/2017, para a quantidade de 1.950 m³;

**Considerando que**, não há informações/descrição no RAS quanto a instalação das estruturas necessárias para operação das atividades, bem como das medidas de controle ambiental que serão adotadas;

**Considerando que**, o empreendedor não informa na caracterização do empreendimento no Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA) o uso de recursos hídricos, bem como afirma no RAS que não haverá uso de água na fase de instalação e operação;

**Considerando que**, o empreendedor declara que no local há um poço tubular profundo, atualmente tamponado e sem operação, mas que seria solicitada a outorga quando da operação do empreendimento;

**Considerando que**, ao informar no RAS que haverá geração de efluentes líquidos sanitários na quantidade de 1,5m³/dia, constata-se inconformidade de informações se considerado o disposto anteriormente nesse parecer;

**Considerando que** a legislação é clara quanto a necessidade de apresentação de atos autorizativos para a formalização de processo de LAS, conforme disposto na DN Copam nº 217/2017 que dispõe:

Art. 15 – Para a formalização de processo de regularização ambiental deverão ser apresentados todos os documentos, projetos e estudos exigidos pelo órgão ambiental estadual.

Parágrafo único – **O processo de LAS somente poderá ser formalizado após obtenção pelo empreendedor das autorizações para intervenções ambientais ou em recursos hídricos, quando cabíveis**, que só produzirão efeitos de posse do LAS. *(Grifo nosso)*.

**Considerando que** não foram apresentados os anexos obrigatórios constantes no Modulo 6, quanto à apresentação de cronograma de instalação e relatório fotográfico da área onde será construído o empreendimento;

Logo, face ao recorrido nesse tópico, conclui-se que não há informações suficientes para análise técnica quanto à viabilidade do empreendimento em questão.

### 3. CONCLUSÃO

Em conclusão, com fundamento na ausência de informações essenciais quando da caracterização do empreendimento no Sistema de Licenciamento Ambiental, bem como no Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se o **indeferimento da Licença Ambiental Simplificada PA nº 5324/2021**, para o empreendedor/empreendimento **“Petrosera Distribuidora de Petróleo Ltda.**, município de Janaúba-MG.”



Documento assinado eletronicamente por **Maria Julia Coutinho Brasileiro, Servidor(a) Público(a)**, em 02/02/2022, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Gislando Vinicius Rocha de Souza, Diretor(a)**, em 04/02/2022, às 08:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **41662925** e o código CRC **F89413EF**.

Referência: Processo nº 1370.01.0005152/2022-67

SEI nº 41662925